

Crise política e social não podem travar restauro da natureza em 2024, alerta ANP|WWF

22 de Dezembro, 2023

A ANP|WWF lançou o seu tradicional “[Balanço e Tendências Ambientais](#)” anual, onde analisa as vitórias e derrotas ambientais do ano que está a terminar, tanto em Portugal como a nível global, fazendo ainda uma antevisão das principais tendências para 2024.

“2023 adivinhava-se como sendo um ano decisivo para solidificar o Pacto Ecológico Europeu e as políticas nacionais de ambiente que iriam colocar a humanidade no caminho para a sustentabilidade planetária. No entanto, a queda do Governo, as guerras e as crises políticas sentidas por todo o mundo estão a desviar-nos cada vez mais deste curso, com irreparáveis danos para pessoas, biodiversidade e natureza”, afirma **Ângela Morgado, Diretora Executiva da ANP|WWF**.

Catarina Grilo, Diretora de Políticas e Conservação da ONGA, diz que “a criação de um instrumento de política agrícola que também fosse um instrumento de política ambiental, e não a principal causa da destruição da biodiversidade, deveria ter aberto caminho a uma Lei para Sistemas Alimentares Sustentáveis, como propunha a lei europeia para o Restauro da Natureza. No entanto, as pressões de grupos conservadores deixaram esta proposta de Lei enfraquecida, e a Lei que agora será votada é uma oportunidade perdida para travarmos com urgência a perda de habitats e diversidade”.

Segundo o último Eurobarómetro, 77% dos europeus mostram-se muito preocupados com os efeitos das alterações climáticas, o seu impacto na humanidade e consequente perda de biodiversidade. 35% dos cidadãos europeus afirmam estar dispostos a mudar comportamentos em prol de uma natureza mais saudável, reconhecendo que cabe aos Governos (56%) e às empresas (53%) assumirem também esta responsabilidade.

Para a ONGA, os momentos eleitorais de 2024 constituem uma oportunidade para iniciar um ciclo novo de esperança para a natureza e para a biodiversidade, mas também para os cidadãos. Ângela Morgado reforça que “durante o ano devem ser tomadas, sem hesitações, um conjunto de decisões que possam garantir uma natureza positiva para todos, como uma moratória à mineração em mar profundo em águas nacionais, a obrigatoriedade de remoção de barreiras fluviais obsoletas, mais e melhor investimento na conservação da natureza para cumprir adequadamente a meta de proteção de 30% em terra e no mar, processos de decisão bem substanciados e processos participativos previsíveis e transparentes”.